



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**TERMO ADITIVO Nº N. 02 AO CONTRATO N. 22/2017.**

**TERMO ADITIVO N. 02 AO CONTRATO N. 22/2017**

**PROCESSO SEI N. [0000698-51.2017.6.22.8000](#)**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 19/2017**

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 22/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA REFRIGERACAO CHAMA AZUL LTDA - ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO, E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT E DE CORTINAS DE AR, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS OU RECOMENDADAS PELO FABRICANTE, SEM ÔNUS ADICIONAL, PARA ATENDER UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA.**

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, comparecem, de um lado, a UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, doravante denominado **CONTRATANTE**, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador SANSÃO SALDANHA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 274.136 – SSP/DF e CPF nº. 059.977.471-15, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **REFRIGERACAO CHAMA AZUL LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o n. 07.850.772/0001-61, com sede na Rua Otávio Rola, n. 711, Bairro Conquista, Município de Rio Branco, Estado do Acre, CEP: 69.918-388, Telefones: (68) 3222-7879 / 99981-9248, E-mails: [azul.refrigeração@hotmail.com](mailto:azul.refrigeração@hotmail.com), neste ato representada



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pelo Senhor **GILMAR FLORÊNCIO DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 117.763/SSP-AC e CPF nº 233.503.182-15, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante na DECISÃO n. 594/2019-ASSPRES, de 25/10/2019, celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

1 – **Registrar o reajuste** ao valor do Contrato 22/2017 (evento [0249891](#)) **no percentual de 4,56%** (quatro inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA aferida no período de **novembro de 2017 a outubro de 2018**, com efeitos financeiros sobre a Contratação mencionada **a partir de 10 de outubro de 2018;**

2 - **Prorrogar o prazo de vigência** do Contrato n. 22/2017 (evento [0249891](#)) por mais **24 (vinte e quatro) meses** a partir de 19/12/2019, com prazo final em 18/12/2021; e

3 - **Excluir as Subcláusulas Primeira e Segunda da CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA (DO REAJUSTE)** do Contrato originário, para adequar a referida CLÁUSULA ao entendimento jurídico de ser devida a aplicação automática do reajuste estrito senso.

**Subcláusula Primeira** - O reajuste contratual referente ao período de novembro/2018 a outubro/2019 será objeto de ajuste futuro, assim que for disponibilizado o índice acumulado respectivo.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Segunda** - O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O valor total estimado deste aditivo é de **R\$ 380.227,94** (trezentos e oitenta mil duzentos e vinte e sete reais e noventa e quatro centavos), correspondente ao somatório do valor relativo ao reajuste contratual e do valor relativo à prorrogação contratual indicados, respectivamente, nos itens 1 e 2 da Cláusula Primeira deste instrumento, a seguir resumidos:

**TABELA 1 - CÁLCULO DO 1º R**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>VALOR ORIGINÁRIO DO CONTRATO 2017/2018 (A)</b>		<b>Valor Mensal Estimado Inicial (B)</b>	<b>IPCA APLICADO 2017/2018(0466772) (C )</b>	<b>Valor Mensal Estimado Reajustado (D)=B*C</b>	<b>Valor do Reajuste na Primeira Vigência do Contrato 2017</b> (E)=((D-B)*2,27) (produto da Fração de 2,27 meses de 2018 - intervalo do nascimento do direito do reajuste 10/10/2018 até último dia da primeira vigência 18/12/2018 - multiplicado pela diferença entre o Valor Mensal Estimado Reajustado (D) e o Valor Mensal Estimado o Inicial (B)).
Serviços	R\$ 163.903,00	R\$ 13.658,58	<b>4,56%</b>	R\$ 14.281,41	R\$ 1.413,83
Peças	R\$ 15.000,00	R\$ 1.250,00	<b>não se aplica</b>	R\$ 1.250,00	R\$ -
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 178.903,00</b>	<b>R\$ 14.908,58</b>		<b>R\$ 15.531,41</b>	<b>R\$ 1.413,83</b>

Fonte: Informação n. 7466/2019 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP (evento [0471235](#)).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TABELA 2: RESUMO**

VALOR DO CONTRATO 2017/2018

VALOR DO REAJUSTE EM 2017/2018

VALOR DO CONTRATO ATUALIZADO APÓS 1º REAJUSTE

IMPACTO DA PRORROGAÇÃO POR MAIS 24 MESES (R\$ 186.376,98 X 2 ANOS)

**TOTAL DESTE TERMO ADITIVO (SOMATÓRIO DOS IMPACTOS REFERIDOS: R\$ 7.416.376,98)**

Fonte: Informação n. 7466/2019 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP (evento [0471235](#)).

**Subcláusula Primeira** - Para fazer jus aos valores pretéritos do reajuste, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores pagos e valores majorados com relação ao objeto constante neste instrumento.

**Subcláusula Segunda** – As despesas com a execução do presente aditivo correrão à conta do Orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, PROGRAMA DE TRABALHO 02122057020GP0011, NATUREZA DA DESPESA 33.90.92.39, conforme Nota de Empenho 2019NE000853, de 12/11/2019, a ser reforçada, caso necessário.

**Subcláusula Terceira** - O valor total estimado atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), é de R\$ 186.376,98.

**DA GARANTIA**

**(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste Aditivo, renovação da **GARANTIA**, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, no valor



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de **R\$ 19.011,40** (dezenove mil e onze reais e quarenta centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste aditivo, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

**Subcláusula única** – A apresentação da Garantia deverá seguir as exigências da Cláusula Décima do Contrato originário.

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, na Cláusula Sexta do Contrato originário (prorrogação), arts. 5º, §1º, 40, XI, e 55, III, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Vigésima Segunda do Contrato nº 22/2017 (reajuste).

**DA RATIFICAÇÃO**

**CLÁUSULA QUINTA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Porto Velho/RO, 18 de novembro de 2019.

<b>Desembargador SANSÃO SALDANHA</b> Pela Contratante	<b>GILMAR FLORENCIO DA SILVA</b> Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

**ANEXO I DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 22/2017****HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo/apostila em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)</b>
Contrato 22/2017, assinado em 18/12/2017 – Volume V do PA (evento n. <a href="#">0249891</a> ).  Vigência por 12 meses, a contar da data de assinatura.  Valor: R\$ 178.903,00 (Garantia: R\$ 8.945,15)	R\$ 178.903,00	-
Termo Aditivo n. 01, assinado em	R\$ 178.903,00	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06/12/2018 – Volume VIII do PA (evento n. <a href="#">0371294</a> ).  Prorrogação por mais 12 meses, partir de 19/12/2018, com prazo final em 18/12/2019.  Valor: R\$ 178.903,00 (Garantia: R\$ 8.945,15)		
Termo Aditivo n. 02, assinado em ____/11/2019 – Volume XII do PA (evento n.0478043).  Reajuste de 4,56%, partir de 10/10/2018, referente ao IPCA acumulado no período de 11/2017 a 10/2018 (R\$ 7.473,98); e  Prorrogação por mais 24 meses, partir de 19/12/2019, com prazo final em 18/12/2021 (R\$ 372.753,96).  Exclusão das Subcláusulas Primeira e Segunda da CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA (DO REAJUSTE) do Contrato originário.  Valor do aditivo: R\$ 380.227,94 (Garantia: R\$ 19,011,40)	R\$ 380.227,94	-

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS, REDUÇÕES E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 –Plenário.	186.376,98
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO, EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO EM CADA ÉPOCA – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **SANSÃO BATISTA SALDANHA, Presidente**, em 18/11/2019, às 20:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GILMAR FLORÊNCIO DA SILVA, Usuário Externo**, em 19/11/2019, às 11:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 19/11/2019, às 11:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 19/11/2019, às 15:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0478043** e o código CRC **E54201FA**.

0000698-51.2017.6.22.8000

0478043v5

Criado por 006007062364, versão 5 por 006007062364 em 18/11/2019 09:34:18.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000698-51.2017.6.22.8000

INTERESSADO: SEMAP

ASSUNTO: Análise de minuta de Termo Aditivo – prorrogação de vigência – Contrato 22/2017/TRE/RO – **REFRIGERACAO CHAMA AZUL LTDA – ME**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PARECER JURÍDICO Nº 0465118 / 2019 - PRES/DG/AJDG**

**I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, contratou-se a empresa **REFRIGERAÇÃO CHAMA AZUL LTDA – ME** - CNPJ nº 07.850.772/0001-61, para prestação de serviços de instalação e desinstalação, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado do tipo Split e de cortinas de ar, com reposição de peças originais ou recomendadas pelo fabricante, sem ônus adicional, no valor de **R\$ 178.903,00 (cento e setenta e oito mil e novecentos e três reais)**, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 22/2017/TRE/RO ([0249891](#)).

**02.** O prazo de **vigência inicial do referido contrato foi estipulado em 12 (doze) meses**, a contar da sua assinatura em **18/12/2017**, com possibilidade de prorrogação que se efetivou por mais de 12 (doze) meses, compreendendo o período de **19/12/2018 a 18/12/2019**, consoante registrado no Termo Aditivo nº 01 ([0371294](#)).

**03.** Na Manifestação nº 1662 / 2019 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0459088](#)), a Seção de Manutenção Predial – SEMAP, solicitou a **prorrogação da vigência do aludido ajuste por mais 24 (vinte) meses**, devido à proximidade do término de sua vigência, apresentando os elementos mínimos de embasamento do seu pedido. Entre eles, destaque para a pesquisa de preços realizada, conforme Informação nº 6286 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC (0457545), e a anuência da empresa quanto a dilação de prazo pretendida ([0453195](#)).

**04.** Ainda, a unidade gestora comunicou sobre a necessidade de concessão de reajuste dos preços dos serviços contratados e que a variação acumulada do índice previsto no contrato (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA) para o período de 10/10/2017 a 10/10/2018 é de 4,525560 %, passando o valor anual atualizado do contrato para R\$ 186.999,36 (cento e oitenta e seis mil novecentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos).

**05.** Em obediência ao Despacho nº 4851 / 2019 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0461604](#)), a Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – COFC informou que não realizou a reserva/programação orçamentária, pois a SEMAP demonstrou, na Informação nº 6386 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0458664](#)), a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

existência de disponibilidade orçamentária suficiente a custear a presente prorrogação contratual neste exercício, conforme Remessa COFC [0462174](#).

**06.** Por fim, a Seção de Contratos – SECONT, após elaborar a minuta de termo aditivo adstrita à prorrogação da vigência contratual e ao reajuste ([0462583](#)), remeteu os autos a esta Assessoria, consoante remessa contida no evento [0462596](#). **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1 DA PRORROGAÇÃO**

**07.** A prorrogação dos contratos administrativos deve submeter-se aos ditames da Lei nº 8.666/93, que em seu art. 57, II, prevê a possibilidade de as contratações de serviços contínuos terem a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 (sessenta meses). Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

II – à prestação de serviços a serem executados de **forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas à obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original).

**08.** O primeiro requisito para se permitir a prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, a prestação de serviço aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo da paralisação dos serviços nas unidades da Justiça Eleitoral em Rondônia. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União – TCU conceitua:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (Manual de Licitações e Contratos 2010, pág. 772) (sem grifo no original)

**09.** O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva - “**iguais e sucessivos períodos**”. O presente contrato, vigente a partir de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18/12/2017, com prazo de duração inicial de 12 (doze) meses, poderá ser prorrogado pela segunda vez, à conveniência da Administração, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

**10.** No tocante à necessidade de prorrogação por períodos iguais, o doutrinador Marçal Justen Filho (2010, p. 730) indica a falta de razoabilidade em interpretar o dispositivo em questão literalmente, *in verbis*:

**É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a “iguais”. Seria um contrassenso impor a obrigatoriedade de renovação por período idêntico.** Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência. Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que a Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não for “simpático”. Mais ainda, reputar que as renovações deveriam ter necessariamente a mesma duração prevista para o período inicial do contrato equivale a privilegiar o método de interpretação literal (gramatical). Não é possível localizar uma única razão lógico-jurídica para essa solução. Mais ainda, essa solução hermenêutica pode gerar dificuldades insuperáveis, sem trazer qualquer benefício para o cumprimento por parte do Estado de suas funções. Um exemplo simples permite compreender a questão. Suponha-se um contrato, sujeitável ao art. 57, II, que seja pactuado no mês de outubro. Admitindo-se a regra da impossibilidade de contratação além da vigência do crédito orçamentário a que se subordinar, a contratação teria de fazer-se por três meses. Aplicar literalmente o art. 57, II, conduziria ao dever de a Administração produzir sucessivas renovações a cada três meses. Isso não traria benefício algum para as partes, apenas problemas. Ora, qual o impedimento lógico-jurídico a que a Administração contrate por três meses e, no início do exercício orçamentário posterior, promova a renovação por doze meses? Nenhum princípio ou dispositivo legal seria sacrificado. O único obstáculo é o teor literal do art. 57, II. Lembre-se, no entanto, que esse dispositivo teve a sua redação sucessivamente alterada e sua consolidação ocorreu antes da LRF. Portanto, o princípio da razoabilidade conduz à admissão de renovações por período superior ou inferior ao inicialmente pactuado, especialmente tendo em vista as limitações do exercício orçamentário<sup>1</sup> (sem grifos no original)

**11.** Tal posicionamento também consta na decisão do TCU, no Acórdão n. 551/2002 – Segunda Câmara:

**9.** Cabe asseverar, contrariando o entendimento contido na instrução, que a tese defendida por esta Corte de Contas e pela doutrina reinante sobre a matéria é que, **na renovação, não fica a entidade obrigada a respeitar o mesmo prazo da contratação original.** Pois, mesmo que o texto da norma aluda a “iguais períodos” a leitura muito restrita da norma traria um engessamento para o administrador, o que não era o objetivo do legislador. **Se é possível prorrogar por 60 meses, não seria razoável subordinar a administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência, seguindo o prazo inicialmente avençado no contrato.** Então, nesse aspecto, não haveria qualquer irregularidade na prorrogação por mais 24 meses do contrato inicialmente avençado, com prazo de 36 meses. (sem grifo no original)

**12.** Nesse mesmo sentido, são os Acórdão nº 1191/2005-Plenário e Acórdão nº 838/2004-Plenário. Ambos reforçam o entendimento que na fixação do prazo da prorrogação da vigência devem observar a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

conveniência da Administração, independentemente de ser por prazo igual à vigência inicial.

**13.** Em arremate, vale mencionar a Orientação Normativa AGU nº 38/2011:

NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA DEVE-SE OBSERVAR QUE: A) O PRAZO DE VIGÊNCIA ORIGINÁRIO, DE REGRA, É DE ATÉ 12 MESES; B) EXCEPCIONALMENTE, ESTE PRAZO PODERÁ SER FIXADO POR PERÍODO SUPERIOR A 12 MESES NOS CASOS EM QUE, DIANTE DA PECULIARIDADE E/OU COMPLEXIDADE DO OBJETO, FIQUE TECNICAMENTE DEMONSTRADO O BENEFÍCIO ADVINDO PARA A ADMINISTRAÇÃO; E C) **É JURIDICAMENTE POSSÍVEL A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO POR PRAZO DIVERSO DO CONTRATADO ORIGINARIAMENTE.** (sem grifo no original)

**14.** Por conseguinte, é pacífico que a prorrogação do contrato pode ocorrer por períodos diversos do originariamente avençado. E, como se observa, no caso em tela, a unidade gestora atesta que a prorrogação pretendida atende perfeitamente às necessidades deste Tribunal, haja vista que a prestação do serviço é desempenhada de forma regular, conforme Manifestação juntada no evento 0459088. Portanto, embora haja essa diferença no período da prorrogação solicitado, infere-se que não há irregularidade jurídica neste aspecto.

**15.** Ademais, verifica-se que o **limite de 60 (sessenta) meses**, previsto pelo art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, **não foi ultrapassado**, pois se trata da segunda prorrogação do Contrato nº 22/2017, perfazendo um íterim de **48 (quarenta e oito) meses**.

**16.** O terceiro e último requisito reside em **preços e condições mais vantajosos para a administração**. Neste aspecto, deve-se analisar, além da pesquisa de mercado, se o custo do novo procedimento licitatório é superior ao da manutenção da avença, pois, a redução do preço de mercado deve ser significativa ao ponto de justificar um novo certame.

**17.** Com relação à compatibilidade do preço praticado no contrato em exame com o de mercado, a unidade técnica não teve êxito na busca de um preço de referência, consoante a Manifestação nº 1662/2019 ([0457621](#)). A Seção de Licitação e Compras – SLC realizou a Pesquisa de Mercado 04/2019 por e-mails e contatos telefônicos, contudo não obteve retorno do (Informação nº 6286 – PRE/DG/SAOFC/COMAP/SLC - 0457545).

**18.** Nesse contexto, urge trazer à baila o entendimento do TCU, *ipsi litteris*:

**Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**1.1.1.7.** Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

### **Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:**

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

**19.** Depreende-se dos trechos citados que, além de consultar o mercado para verificar se o valor do contrato atual é compatível com os oferecidos pelas empresas dos ramos, é necessário a realização, feita pelo gestor, de uma análise integral de todas as particularidades envolvidas na contratação para verificar a sua vantajosidade e registrá-la nos autos, com intuito de fundamentar a continuidade ou não da contratação.

**20.** A corroborar com o exposto, vide as considerações de Gabriela Verona Pércio feitas no livro Contratos Administrativos – Manual para Gestores e Fiscais (p.108-110):

**De acordo com o inc. II do art. 57,** a prorrogação do contrato deve ocorrer “*com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração*”. Como se observa, **a existência de vantagem é uma condição legalmente imposta à prorrogação contratual**, cuja ausência acarretará sua invalidade. Assim, o processo de prorrogação de um contrato envolve, essencialmente, a demonstração objetiva de que a manutenção da avença é a **melhor opção** para a administração, afastando o dever de licitar. Em qualquer caso, a economicidade é elemento cogente, sendo ilegal e imoral a existência de contrato administrativo antieconômico.

**A norma impõe ao gestor do contrato uma conduta proativa, em busca da negociação por vantagens que tornem mais atrativa a manutenção do ajuste. A realidade do mercado e os contratos firmados por outros órgãos e entidades para o mesmo objeto devem nortear a atuação do gestor, que ocupará posição privilegiada na negociação, já que a Administração é detentora do poder de definir se o contrato será ou não prorrogado. É indispensável pesquisar e compara preços e demais condições ofertadas pelo mercado. Não havendo êxito na negociação, a prorrogação dependerá da demonstração da conveniência e da oportunidade na continuidade do contrato nos termos em que se encontrar.**

(...)

É certo que a **ponderação de conveniência e oportunidade realizada no momento da prorrogação levará em conta outros fatores**, como o próprio risco de licitar e contratar empresa que venha a desempenhar tão bem o objeto do contrato, o que representará prejuízo muito maior do que a manutenção de um contrato que não seja o menor preço do mercado. Por isso, não há, propriamente, o dever de deixar de prorrogar caso a Administração se depare com preços menores, ressalvado se o valor contratado se mostrar excessivo diante da média de preços obtida na pesquisa.

(...)

Por fim, a vantagem da prorrogação da vigência **não se caracteriza, apenas e tão somente, com a vantagem econômica fundamental que o contrato esteja sendo**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**executado a contento, de forma eficiente e eficaz.** Desse modo, a correta anotação das falhas pelo fiscal do contrato, mesmo as de menor gravidade ou que gerem problemas apenas temporários, é imprescindível para qualquer conclusão. Com base em tais anotações, o gestor do contrato produzirá o relatório que conterá recomendações que embasarão a decisão da autoridade superior de prorrogar ou não o ajuste. (sem grifo no original)

**21.** Da leitura deste excerto, infere-se que a Administração poderá manter um contrato mesmo que o seu valor esteja superior ao do mercado, basta para tanto demonstrar a conveniência e o oportunidade, por meio dos demais aspectos da vantajosidade (por exemplo: técnico e qualidade do serviço). Isso demonstra a **relativização da vantajosidade econômica** prevista como requisito legal para a prorrogação de contratos administrativos.

**22.** A pesquisa realizada, no caso em tela, não obteve um preço parâmetro, apesar dos esforços dos setores responsáveis. Assim, entende-se que deverá ser examinada a contratação em comento de forma global para verificar este pressuposto foi atendido, comprovando nos autos mediante outros meios idôneos o seu atendimento.

**23.** Nessa linha de reflexão, destaca-se a manutenção do valor anual do contrato na prorrogação, **R\$ 186.999,36** (cento e oitenta e seis mil novecentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos), o qual difere do anterior apenas na aplicação do reajuste pelo IPCA, a declaração da unidade gestora constando o desempenho satisfatório do serviço contratado e a peculiaridade do serviço de manutenção dos equipamentos de ar-condicionado deste Tribunal.

**24.** Apreciando o pronunciamento da SEMAP presente nos autos (Manifestação nº 1662/2018-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP - [0459088](#)), entende-se que as condições oferecidas pela contratada durante a execução do contrato atenderam de forma satisfatória ao ponto de conduzir a unidade gestora no entendimento de que a prorrogação dos ajustes será proveitosa.

**25.** À vista disso, poderá a Administração, após analisada sua conveniência e oportunidade, autorizar a prorrogação por mais 24 (vinte quatro) meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei n 8.666/93 c/c Cláusula Sexta do Contrato nº 22/2017.

## **2.2 – DO REAJUSTE**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**26.** A unidade gestora - SEMAP - apresenta nos autos o índice de reajuste no percentual de 4,525560% (quatro inteiros e quinhentos e vinte e cinco mil quinhentos e sessenta milionésimos) compreendido entre o período de outubro de 2017 a outubro de 2018 ([0459623](#)). O reajuste tem amparo no Arts. 5º, §1º, 40, XI, e 55, III, da Lei nº 8.666/93, os quais determinam a estipulação de critérios periódicos de reajustamento, tendo estes sido reproduzidos expressamente no contrato administrativo em exame ([0249891](#)):

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA** – Os preços dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

**27.** O Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, assim orienta:

Faca constar nos editais e nos respectivos contratos, ainda quando o prazo de duração do ajuste for inferior a 12 (doze) meses, cláusula que estabeleça o critério de reajustamento dos preços, indicando expressamente no referido instrumento o índice de reajuste contratual a ser adotado, nos termos do disposto nos arts. 40, inc. XI, e 55, inc. III, da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 73/2010 Plenário**

E necessário distinguir, portanto, os conceitos de reajuste e recomposição de preços. Sob um certo ângulo, esta última expressão indica gênero, de que aquela configura espécie. A recomposição de preços é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. **Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio.** Já a recomposição pressupõe a apuração real dos fatos e exige comprovação acerca de todos os detalhes relacionados com a contratação e os fatos supervenientes a ela. O que se afirma é a garantia constitucional da manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo. Deve reputar-se que, ocorrendo elevação de custos não retratada pelo índice de atualização ou de reajuste adotado contratualmente, o particular tem direito a recomposição de preços. **Acórdão 54/2002 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)** (sem grifo no original)

**28.** Assim, subsiste o **poder-dever** da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido:

### **DECISÃO TCU Nº 425/2002 – PLENÁRIO**

**13.2** É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

...

13.4 Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."

....

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

...

8.2. determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:

...

b) na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n.º 8.666/93;

29. De se ver que o caso ora em análise trata-se de reajuste aplicado através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, previsto em cláusula contratual. Desta forma, esta Assessoria com fundamento no art. 55, III, da Lei n.º 8.666/1993 e na Cláusula Vigésima Segunda do Contrato n.º 22/2017, opina pelo **deferimento**.

**30. Embora o cálculo de reajuste de contrato administrativo não seja de competência desta unidade, verificou-se que o período lançado na calculadora do cidadão (0459623), utilizada na definição do valor corrigido, não corresponde ao previsto no dispositivo contratual acima citado (interregno mínimo de um ano). Foi utilizado como data inicial 10/2017 e data final 09/2018, porém o correto é: 10/2017 e 10/2018. Portanto, é imprescindível que a unidade técnica refaça o cálculo, pois ele interfere elementos sensíveis do contrato, como por exemplo o próprio valor contratual e a garantia.**

## **2.3 – DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA**

31. O Contrato n.º 22/2017 ([0249891](#)) estabeleceu a obrigação de a empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *verbis*:

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Para assegurar a plena execução deste Contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deverá apresentar GARANTIA no valor de **R\$ 8.945,15** (oito mil, novecentos e quarenta e cinco reais e quinze centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento contratual, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666/93 e art. 19, XIX, da IN nº 02/2008 da SLTI/MPOG e suas alterações.

**32.** A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA nº 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

**33.** A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei nº 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário)**

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 265/2010 Plenário.**

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 Plenário.**

**34.** Nessa linha, deverá a contrata ser **notificada** para apresentar nova garantia no valor de 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA DÉCIMA do Ajuste.

## **2.4 – DA MINUTA DO TERMO ADITIVO**

**35.** Por celeridade e racionalidade a minuta do termo aditivo nº 2 foi juntada aos autos para apreciação juntamente com a análise do pedido de prorrogação e do reajuste ([0462583](#)).

**36.** Examinando o referido instrumento, percebe-se que, sob o aspecto formal, ele está em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apto,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

**37.** Todavia, verifica-se a necessidade de complementação na fundamentação legal. Assim, o texto da Cláusula Quarta deverá ser substituído para: “O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, na Cláusula Sexta do Contrato originário (prorrogação), arts. 5º, §1º, 40, XI, e 55, III, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Vigésima Segunda do Contrato nº 22/2017 (reajuste)”.

**38.** Ainda, tendo em vista os apontamentos feitos no **tópico 30 deste opinativo**, a correção no cálculo do reajuste alterará as seguintes informações contidas na minuta ora em comento:

- percentual do reajuste;
- período de aferição da variação do IPCA;
- valor do contrato;
- informações contidas na Tabela 1 e 2; e
- valor da garantia;

**39.** Este aspecto é de natureza eminentemente técnico, não interferindo diretamente na consultoria sob o prisma estreitamento jurídico realizada por esta unidade jurídica. Assim, conclui-se que, após realização do novo cálculo utilizado os parâmetros corretos, as alterações elencadas acima não precisarão ser submetidas ao crivo deste setor.

## **III – CONCLUSÃO**

**40. Pelo exposto**, com escopo nos elementos existentes nos autos, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer, esta Assessoria entende que a autoridade competente, observados os requisitos legais, poderá efetivar:

**a) a prorrogação contratual por mais 24 (vinte quatro) meses**, mantidos os demais termos e condições pactuados, com fulcro no art. 57, II da Lei nº 8.666/93 combinado com Cláusula Sexta do Contrato nº 22/2017, alertando-se, todavia, para a necessária comprovação de regularidade fiscal da empresa contratada; e

**b) a aplicação do reajuste contratual pretendido**, com fundamento no Arts. 5º, §1º, 40, XI, e 55, III, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Vigésima Segunda do Contrato nº 22/2017, ainda, considerando haver nos autos a comprovação do suporte orçamentário ao reajuste no exercício corrente (0458664). Enfatiza-se que os parâmetros utilizados no cálculo do percentual de reajuste não estão condizentes com os previstos no contrato, como foi demonstrado no tópico 30 deste opinativo. Sendo, portanto, necessário que sejam refeitos antes de seu registro mediante termo aditivo.

**41.** Ademais, quanto a **minuta do instrumento contratual** juntado ([0462583](#)), após análise de seus aspectos formais, esta unidade Jurídica **APROVA** os seus termos, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, desde que atendidas as recomendações constantes neste parecer.

**42.** Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 10/10/2019, às 14:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 10/10/2019, às 14:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0465118** e o código CRC **1BE729E1**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000698-51.2017.6.22.8000

INTERESSADO: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ASSUNTO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato 22/2017

**DECISÃO Nº 594 / 2019 - PRES/ASSPRES**

Vistos.

Os autos em tela foram deflagrados com a finalidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação e desinstalação, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado do Tipo Split e de cortinas de ar, com reposição de peças originais ou recomendadas pelo fabricante, sem ônus adicional, para atender as unidades da Justiça Eleitoral de Rondônia nos diversos municípios deste Estado.

Após o trâmite regular, foi firmado o **Contrato Administrativo n. 22/2017/TRE/RO** (evento [0249891](#)) com a empresa **REFRIGERACAO CHAMA AZUL LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o n. 07.850.772/0001-61, no valor de **R\$ 178.903,00 (cento e setenta e oito mil e novecentos e três reais)**, com prazo de **vigência de 12 (doze) meses**, a contar da sua assinatura que se deu em 18/12/2017, com possibilidade de prorrogação.

Na atual fase processual, retornaram os autos a esta Presidência para fins de análise e deliberação acerca da proposta de prorrogação contratual deflagrada pela Seção de Manutenção Predial (SEMAP), conforme Manifestação 1662 (evento [0459088](#)).

Ultimadas as providências a cargo da Unidade gestora do contrato, para o fim de subsidiar a análise e deliberação da questão em



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exame, foram emitidos parecer pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (Parecer - evento [0465118](#)) e manifestações pela Secretaria de Administração (Manifestação 1901 - evento [0468361](#)) e Diretoria-Geral (Manifestação 1918 - evento [0468808](#)), **todos favoráveis à prorrogação pretendida.**

Como é cediço, a Lei n. 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 (sessenta meses), salvo situações excepcionais e justificadas, na forma estabelecida pelo § 4º do referido artigo, nas quais poderão, ainda, ser prorrogados por mais 12 meses.

No caso em exame, o cotejo da lei e da atual orientação do Tribunal de Contas da União, conforme ressaltado nas manifestações da unidade gestora do contrato, da Assessoria Jurídica e da Diretoria-Geral, permitem concluir que estão demonstrados os requisitos autorizadores da prorrogação do contrato administrativo.

Ante as informações coligidas e considerando as ponderações registradas pela SAOFC ([0466279](#)), AJDG ([0465118](#)) e DG ([0465118](#)), decido:

**a) AUTORIZAR a prorrogação do prazo de vigência do contrato 22/2017 ([0249891](#)), por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 19/12/2019 até 18/12/2021, com fundamento no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Sexta do instrumento contratual supracitado, nos termos da minuta aprovada pela Assessoria Jurídica ([0467190](#));**

**b) DETERMINAR a notificação da contratada para apresentar nova garantia contratual no valor R\$ 19.082,08 (dezenove mil e oitenta e dois reais e oito centavos), correspondente à 5% (cinco por cento) do valor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo, válida até 90 (noventa) dias após o término da nova vigência contratual indicada nos termos da Subcláusula Sétima da Cláusula Décima do Contrato Administrativo n. 22/20174 e já sistematizada na Cláusula Terceira da minuta constante do evento [0467190](#);**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) **AUTORIZAR** o primeiro reajuste ao Contrato 22/2017 ([0249891](#)), no percentual de 4,56% (quatro inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento), com efeitos financeiros a partir de 10/10/2018, com fulcro no [inc. III do art. 55 da Lei n. 8.666/1993](#) c/c Cláusula Vigésima Segunda do Contrato;

d) **RECONHECER** a dívida relativa ao exercício de 2018 e autorização do pagamento do valor de R\$ 1.413,83 (um mil quatrocentos e treze reais e oitenta e três centavos) à empresa **REFRIGERACAO CHAMA AZUL LTDA - ME**, referente aos meses de outubro a dezembro de 2018; e

e) **DETERMINAR** a verificação prévia à assinatura do termo aditivo, das condições de habilitação da contratada, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93.

À Diretoria-Geral e à SAOFC para as providências decorrentes desta Decisão.

Cumpra-se.

Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, outubro de 2019.

**Desembargador Sansão Saldanha**

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **SANSÃO BATISTA SALDANHA**, Presidente, em 25/10/2019, às 12:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0469856** e o código CRC **28E07BFD**.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0000698-51.2017.6.22.8000

0469856v15

---

Criado por 011004602364, versão 15 por 006075982330 em 24/10/2019  
12:57:01.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 12Nov19 NUMERO: 2019NE000853 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA  
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133  
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL  
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 07850772/0001-61 - REFRIGERACAO CHAMA AZUL LTDA  
ENDERECO : OTAVIO ROLA 711 NOVA ESTACAO  
MUNICIPIO : 0139 - RIO BRANCO UF: AC CEP: 69918-388  
TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO, REFERENTE A DEA, CONTRATO NR 22/2017, CONFORME DECISÃO 594 DA PRESIDENCIA (0469856), DESPACHO 5592 DA SAOFC(0474116) DO PROCESSO ABAIXO.

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084771 0100000000 339092 000000 AIEF MANPRE  
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: PREGAO  
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00006985120176228000  
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3  
ORIGEM DO MATERIAL :  
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 1.523,49  
UM MIL, QUINHENTOS E VINTE E TRES REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339092 SUBITEM: 39 -OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS -  
SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 1.523,49  
VALOR DO SEQ. : 1.523,49

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA DE EXERCÍCIO ANTERIOR REFERENTE A SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT E DE CORTINAS DE AR COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, PARA ATENDER AS UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDONIA NOS DIVERSOS MUNICÍPIOS DESTES ESTADO.

T O T A L : 1.523,49

LIA MARIA ARAUJO LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES  
ORDENADOR

RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA:62931156272

RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA  
GESTOR FINANCEIRO SUBSTITUTO



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato TRE-RO n. 22/2017, assinado em 19/11/2019. Contratada: REFRIGERACAO CHAMA AZUL LTDA - ME, CNPJ n. 07.850.772/0001-61. Objeto: I) Registrar o reajuste ao valor do Contrato 22/2017 no percentual de 4,56% (quatro inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA aferida no período de novembro de 2017 a outubro de 2018, com efeitos financeiros sobre a Contratação mencionada a partir de 10 de outubro de 2018; II) Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 22/2017 por mais 24 (vinte e quatro) meses a partir de 19/12/2019; e III) Excluir as Subcláusulas Primeira e Segunda da CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA (DO REAJUSTE) do Contrato originário, para adequar a referida CLÁUSULA ao entendimento jurídico de ser devida a aplicação automática do reajuste estrito senso. Fundamentação no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, na Cláusula Sexta do Contrato originário (prorrogação), arts. 5º, §1º, 40, XI, e 55, III, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Vigésima Segunda do Contrato nº 22/2017 (reajuste). Valor: R\$ 380.227,94. Ato de Autorização DECISÃO Nº 594/2019 - ASSPRES, de 25/10/2019. Signatários: pelo Contratante, o Senhor Desembargador SANSÃO SALDANHA, Presidente do TRE-RO e, e pela Contratada, o Senhor GILMAR FLORÊNCIO DA SILVA. Processo SEI n. 0000698-51.2017.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 20/11/2019, às 09:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0478748** e o código CRC **DD538A2F**.



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

Criado por 006007062364, versão 3 por 006007062364 em 19/11/2019 13:41:21.

## DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 225, quinta-feira, 21 de novembro de 2019

### TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA

15ª Lucas Saldanha da Gama de Almeida

16ª Leonardo Tavares Colodete

17ª Daniel Costa Bento Marinho da Silva

18ª Lara Martins Faria

19ª Luciana Zandonade Mattedi

### TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA (PESSOA COM DEFICIÊNCIA)

5ª Janaina Rodrigues Cunha

### TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA (NEGROS)

6ª Edson Pinheiro Alves

### ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA (NEGROS)

1ª Agatha Christian Ribeiro Nascimento Nobre

### ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA (NEGROS)

1ª Luiza Belle Ferreira Amorim

Os candidatos deverão comparecer ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro - Coordenadoria de Desenvolvimento de Competências - localizada na Avenida Presidente Wilson, nº 194 - 2º andar - Centro, Rio de Janeiro - RJ, nos dias e horários mencionados no anexo, munidos dos seguintes exames e documentos:

#### Exames:

1) Hemograma completo;

2) VHS;

3) Tipagem sanguínea e fator Rh;

4) Glicose;

5) Creatinina;

6) EAS;

7) ECG e colesterol total (ambos somente para os candidatos acima de 40 anos).

#### Documentos:

1) Carteira de Identidade e CPF (original e cópia ou apenas a cópia autenticada);

2) Certidão de Nascimento ou Casamento (original e cópia ou apenas a cópia autenticada);

3) Comprovante de Quitação obrigatória eleitoral;

4) Comprovação de Quitação obrigatória militar (original e cópia ou apenas a cópia autenticada e somente para os candidatos do sexo masculino);

5) Comprovação de Residência (original e cópia ou apenas a cópia autenticada);

6) Comprovação de Escolaridade (original e cópia ou apenas a cópia autenticada);

7) Título de Eleitor (original e cópia ou apenas a cópia autenticada);

8) Comprovação de experiência profissional, quando exigida pelo cargo;

9) Currículo Vitae;

10) Uma foto 3x4, colorida, recente;

11) Comprovação do número da CTPS e do PIS/PASEP (se o candidato tiver a referida inscrição);

12) Declaração expedida pelo órgão onde se encontra lotado(a) atualmente contendo as seguintes informações (para o candidato que já é servidor(a) público(a) federal, estadual ou municipal):

i. Data de sua posse/exercício e demais dados de identificação;

ii. O regime de previdência ao qual está vinculado(a);

iii. Se existe regime de previdência complementar instituído por lei, para os servidores do órgão de origem;

iv. Caso positivo para o item iii, qual o início da vigência do regime;

v. Se Vossa Senhoria aderiu ou não ao referido regime de previdência complementar.

#### ANEXO

Dia 27/11/2019, às 12 horas:

Lucas Saldanha da Gama de Almeida

Leonardo Tavares Colodete

Daniel Costa Bento Marinho da Silva

Janaina Rodrigues Cunha

Dia 28/11/2019, às 12 horas:

Lara Martins Faria

Luciana Zandonade Mattedi

Edson Pinheiro Alves

Agatha Christian Ribeiro Nascimento Nobre

Luiza Belle Ferreira Amorim

DESEMBARGADOR CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA

DIRETORIA-GERAL

ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO SEI Nº 2019.0.000008457-3. Termo Aditivo ao Contrato nº 59/19. OBJETO: fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado. CONTRATADA: ECOLD Climatização e Serviços de Engenharia ME. CNPJ: 24988359/0001-87. OBJETO: Acréscimo de 24,77% ao valor do contrato. FUNDO LEGAL: Lei nº 10.520/02, Decreto nº 5.450/05, Lei nº 8.666/93, com redação da Lei nº 8.883/94, Resolução TSE nº 23.234/10. Valor aditado: R\$12.941,55, conforme ME nº1494/19. ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52.12 - Material Permanente. PROGRAMA DE TRABALHO: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO SEI Nº 2019.0.000016215-8. O Sr. Diretor-Geral torna pública a homologação da licitação mediante Pregão Eletrônico nº 37/19, destinado à aquisição de aparelhos de condicionador de ar, sendo vencedora a empresa OI MOVEL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, para os grupos 1 e 2, nos valores de R\$1.239.541,18 e R\$3.371.766,51, respectivamente.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

BRUNO CEZAR ANDRADE DE SOUZA

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

DIRETORIA-GERAL

ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Extrato do Termo Aditivo 2 ao Contrato 22/2017, assinado em 19/11/2019. Contratada: REFRIGERACAO CHAMA AZUL LTDA - ME, CNPJ nº 07.850.772/0001-61. Objeto: I) Registrar o reajuste ao Contrato 22/2017 no percentual de 4,56%, decorrente da variação do IPCA, período 11/ 2017 a 10/2018, com efeitos a partir de 10/10/2018; II) Prorrogar o prazo de vigência do Contrato 22/2017 por mais 24 meses a partir de 19/12/2019; e III) Excluir as Subcláusulas Primeira e Segunda da CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA (DO REAJUSTE) do Contrato originário, e Fundamento: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Vigésima Segunda do Contrato. Autorização Decisão 594/PRES, de 25/10/19. Signatários: Desembargador SANSÃO SALDANHA, Presidente do TRE-RO, e Senhor GILMAR FLORENCIO DA SILVA. Processo 0000698-51.2017.6.22.8000.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Extrato do Termo Aditivo 2 ao Contrato 22/2017, assinado em 19/11/2019. Contratada: REFRIGERACAO CHAMA AZUL LTDA - ME, CNPJ nº 07.850.772/0001-61. Objeto: I) Registrar o reajuste ao Contrato 22/2017 no percentual de 4,56%, decorrente da variação do IPCA, período 11/ 2017 a 10/2018, com efeitos a partir de 10/10/2018; II) Prorrogar o prazo de vigência do Contrato 22/2017 por mais 24 meses a partir de 19/12/2019; e III) Excluir as Subcláusulas Primeira e Segunda da CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA (DO

REAJUSTE) do Contrato originário, e Fundamento: Art. 57, II, da Lei 8.666/93, Cláusula 6ª do Contrato, e arts. 5ª, §1º, 4º, XI, e 55, III, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Vigésima Segunda do Contrato. Autorização Decisão 594/PRES, de 25/10/19. Signatários: Desembargador SANSÃO SALDANHA, Presidente do TRE-RO, e Senhor GILMAR FLORENCIO DA SILVA. Processo 0000698-51.2017.6.22.8000.

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

DIRETORIA-GERAL

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, com fundamento no Decreto 7.892/2013, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 32/2019, referente ao Pregão Eletrônico nº 25/2019, Procedimento Administrativo SEI nº 0002793-90.2018.6.23.8000, assinada em 18.11.2019, com vigência de 1(um) ano a contar da assinatura, para eventual contratação de empresa para fornecimento de lente e flash externo para câmera fotográfica Nikon. O valor da Ata ficou definido em R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais), cujo objeto foi adjudicado ao fornecedor J. C. MENDES TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ME, conforme a seguir: Item 3 - Flash Speedlight externo para a câmera Nikon modelo D7100, TRIPO, TR950, 1 unid., Valor unit. R\$ 640,00.

Assinam: pelo TRE/RR, ALEX CAON FIN, Diretor-Geral, e pela Beneficiária, JOSÉ CARLOS MENDES. A especificação completa do objeto encontra-se no Edital do referido pregão, disponibilizado no site [www.tre-rr.jus.br](http://www.tre-rr.jus.br).

ALEX CAON FIN

Diretor Geral

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, com fundamento no Decreto 7.892/2013, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 33/2019, referente ao Pregão Eletrônico nº 25/2019, Procedimento Administrativo SEI nº 0002793-90.2018.6.23.8000, assinada em 18.11.2019, com vigência de 1(um) ano a contar da assinatura, para eventual contratação de empresa para fornecimento de lente e flash externo para câmera fotográfica Nikon. O valor da Ata ficou definido em R\$ 1.625,00 (um mil, seiscentos e vinte cinco reais), cujo objeto foi adjudicado ao fornecedor R P RAMOS, CNPJ nº 28.908.306/0001-60, conforme a seguir: Item 2 - Lente tipo objetiva para a câmera Nikon modelo D7100, NIKON, 1 unid., Valor unit. R\$ 1.625,00.

Assinam: pelo TRE/RR, ALEX CAON FIN, Diretor-Geral, e pela Beneficiária, RAILSON PIRES RAMOS. A especificação completa do objeto encontra-se no Edital do referido pregão, disponibilizado no site [www.tre-rr.jus.br](http://www.tre-rr.jus.br).

ALEX CAON FIN

Diretor Geral

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, com fundamento no Decreto 7.892/2013, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 34/2019, referente ao Pregão Eletrônico nº 25/2019, Procedimento Administrativo SEI nº 0002793-90.2018.6.23.8000, assinada em 18.11.2019, com vigência de 1(um) ano a contar da assinatura, para eventual contratação de empresa para fornecimento de lente e flash externo para câmera fotográfica Nikon. O valor da Ata ficou definido em R\$ 1.625,00 (um mil, seiscentos e vinte cinco reais), cujo objeto foi adjudicado ao fornecedor R P RAMOS, CNPJ nº 28.908.306/0001-60, conforme a seguir: Item 2 - Lente tipo objetiva para a câmera Nikon modelo D7100, NIKON, 1 unid., Valor unit. R\$ 1.625,00.

Assinam: pelo TRE/RR, ALEX CAON FIN, Diretor-Geral, e pela Beneficiária, RAILSON PIRES RAMOS. A especificação completa do objeto encontra-se no Edital do referido pregão, disponibilizado no site [www.tre-rr.jus.br](http://www.tre-rr.jus.br).

ALEX CAON FIN

Diretor Geral

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, com fundamento no Decreto 7.892/2013, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 35/2019, referente ao Pregão Eletrônico nº 25/2019, Procedimento Administrativo SEI nº 0002793-90.2018.6.23.8000, assinada em 18.11.2019, com vigência de 1(um) ano a contar da assinatura, para eventual contratação de empresa para fornecimento de lente e flash externo para câmera fotográfica Nikon. O valor da Ata ficou definido em R\$ 1.625,00 (um mil, seiscentos e vinte cinco reais), cujo objeto foi adjudicado ao fornecedor R P RAMOS, CNPJ nº 28.908.306/0001-60, conforme a seguir: Item 2 - Lente tipo objetiva para a câmera Nikon modelo D7100, NIKON, 1 unid., Valor unit. R\$ 1.625,00.

Assinam: pelo TRE/RR, ALEX CAON FIN, Diretor-Geral, e pela Beneficiária, RAILSON PIRES RAMOS. A especificação completa do objeto encontra-se no Edital do referido pregão, disponibilizado no site [www.tre-rr.jus.br](http://www.tre-rr.jus.br).

ALEX CAON FIN

Diretor Geral

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, com fundamento no Decreto 7.892/2013, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 36/2019, referente ao Pregão Eletrônico nº 25/2019, Procedimento Administrativo SEI nº 0002793-90.2018.6.23.8000, assinada em 18.11.2019, com vigência de 1(um) ano a contar da assinatura, para eventual contratação de empresa para fornecimento de lente e flash externo para câmera fotográfica Nikon. O valor da Ata ficou definido em R\$ 1.625,00 (um mil, seiscentos e vinte cinco reais), cujo objeto foi adjudicado ao fornecedor R P RAMOS, CNPJ nº 28.908.306/0001-60, conforme a seguir: Item 2 - Lente tipo objetiva para a câmera Nikon modelo D7100, NIKON, 1 unid., Valor unit. R\$ 1.625,00.

Assinam: pelo TRE/RR, ALEX CAON FIN, Diretor-Geral, e pela Beneficiária, RAILSON PIRES RAMOS. A especificação completa do objeto encontra-se no Edital do referido pregão, disponibilizado no site [www.tre-rr.jus.br](http://www.tre-rr.jus.br).

ALEX CAON FIN

Diretor Geral

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, com fundamento no Decreto 7.892/2013, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 37/2019, referente ao Pregão Eletrônico nº 25/2019, Procedimento Administrativo SEI nº 0002793-90.2018.6.23.8000, assinada em 18.11.2019, com vigência de 1(um) ano a contar da assinatura, para eventual contratação de empresa para fornecimento de lente e flash externo para câmera fotográfica Nikon. O valor da Ata ficou definido em R\$ 1.625,00 (um mil, seiscentos e vinte cinco reais), cujo objeto foi adjudicado ao fornecedor R P RAMOS, CNPJ nº 28.908.306/0001-60, conforme a seguir: Item 2 - Lente tipo objetiva para a câmera Nikon modelo D7100, NIKON, 1 unid., Valor unit. R\$ 1.625,00.

Assinam: pelo TRE/RR, ALEX CAON FIN, Diretor-Geral, e pela Beneficiária, RAILSON PIRES RAMOS. A especificação completa do objeto encontra-se no Edital do referido pregão, disponibilizado no site [www.tre-rr.jus.br](http://www.tre-rr.jus.br).

ALEX CAON FIN

Diretor Geral

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, com fundamento no Decreto 7.892/2013, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 38/2019, referente ao Pregão Eletrônico nº 25/2019, Procedimento Administrativo SEI nº 0002793-90.2018.6.23.8000, assinada em 18.11.2019, com vigência de 1(um) ano a contar da assinatura, para eventual contratação de empresa para fornecimento de lente e flash externo para câmera fotográfica Nikon. O valor da Ata ficou definido em R\$ 1.625,00 (um mil, seiscentos e vinte cinco reais), cujo objeto foi adjudicado ao fornecedor R P RAMOS, CNPJ nº 28.908.306/0001-60, conforme a seguir: Item 2 - Lente tipo objetiva para a câmera Nikon modelo D7100, NIKON, 1 unid., Valor unit. R\$ 1.625,00.

Assinam: pelo TRE/RR, ALEX CAON FIN, Diretor-Geral, e pela Beneficiária, RAILSON PIRES RAMOS. A especificação completa do objeto encontra-se no Edital do referido pregão, disponibilizado no site [www.tre-rr.jus.br](http://www.tre-rr.jus.br).

ALEX CAON FIN

Diretor Geral

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, com fundamento no Decreto 7.892/2013, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 39/2019, referente ao Pregão Eletrônico nº 25/2019, Procedimento Administrativo SEI nº 0002793-90.2018.6.23.8000, assinada em 18.11.2019, com vigência de 1(um) ano a contar da assinatura, para eventual contratação de empresa para fornecimento de lente e flash externo para câmera fotográfica Nikon. O valor da Ata ficou definido em R\$ 1.625,00 (um mil, seiscentos e vinte cinco reais), cujo objeto foi adjudicado ao fornecedor R P RAMOS, CNPJ nº 28.908.306/0001-60, conforme a seguir: Item 2 - Lente tipo objetiva para a câmera Nikon modelo D7100, NIKON, 1 unid., Valor unit. R\$ 1.625,00.

Assinam: pelo TRE/RR, ALEX CAON FIN, Diretor-Geral, e pela Beneficiária, RAILSON PIRES RAMOS. A especificação completa do objeto encontra-se no Edital do referido pregão, disponibilizado no site [www.tre-rr.jus.br](http://www.tre-rr.jus.br).

ALEX CAON FIN

Diretor Geral

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, com fundamento no Decreto 7.892/2013, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 40/2019, referente ao Pregão Eletrônico nº 25/2019, Procedimento Administrativo SEI nº 0002793-90.2018.6.23.8000, assinada em 18.11.2019, com vigência de 1(um) ano a contar da assinatura, para eventual contratação de empresa para fornecimento de lente e flash externo para câmera fotográfica Nikon. O valor da Ata ficou definido em R\$ 1.625,00 (um mil, seiscentos e vinte cinco reais), cujo objeto foi adjudicado ao fornecedor R P RAMOS, CNPJ nº 28.908.306/0001-60, conforme a seguir: Item 2 - Lente tipo objetiva para a câmera Nikon modelo D7100, NIKON, 1 unid., Valor unit. R\$ 1.625,00.

Assinam: pelo TRE/RR, ALEX CAON FIN, Diretor-Geral, e pela Beneficiária, RAILSON PIRES RAMOS. A especificação completa do objeto encontra-se no Edital do referido pregão, disponibilizado no site [www.tre-rr.jus.br](http://www.tre-rr.jus.br).

ALEX CAON FIN

Diretor Geral

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, com fundamento no Decreto 7.892/2013, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 41/2019, referente ao Pregão Eletrônico nº 25/2019, Procedimento Administrativo SEI nº 0002793-90.2018.6.23.8000, assinada em 18.11.2019, com vigência de 1(um) ano a contar da assinatura, para eventual contratação de empresa para fornecimento de lente e flash externo para câmera fotográfica Nikon. O valor da Ata ficou definido em R\$ 1.625,00 (um mil, seiscentos e vinte cinco reais), cujo objeto foi adjudicado ao fornecedor R P RAMOS, CNPJ nº 28.908.306/0001-60, conforme a seguir: Item 2 - Lente tipo objetiva para a câmera Nikon modelo D7100, NIKON, 1 unid., Valor unit. R\$ 1.625,00.

Assinam: pelo TRE/RR, ALEX CAON FIN, Diretor-Geral, e pela Beneficiária, RAILSON PIRES RAMOS. A especificação completa do objeto encontra-se no Edital do referido pregão, disponibilizado no site [www.tre-rr.jus.br](http://www.tre-rr.jus.br).

ALEX CAON FIN

Diretor Geral

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, com fundamento no Decreto 7.892/2013, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 42/2019, referente ao Pregão Eletrônico nº 25/2019, Procedimento Administrativo SEI nº 0002793-90.2018.6.23.8000, assinada em 18.11.2019, com vigência de 1(um) ano a contar da assinatura, para eventual contratação de empresa para fornecimento de lente e flash externo para câmera fotográfica Nikon. O valor da Ata ficou definido em R\$ 1.625,00 (um mil, seiscentos e vinte cinco reais), cujo objeto foi adjudicado ao fornecedor R P RAMOS, CNPJ nº 28.908.306/0001-60, conforme a seguir: Item 2 - Lente tipo objetiva para a câmera Nikon modelo D7100, NIKON, 1 unid., Valor unit. R\$ 1.625,00.

Assinam: pelo TRE/RR, ALEX CAON FIN, Diretor-Geral, e pela Beneficiária, RAILSON PIRES RAMOS. A especificação completa do objeto encontra-se no Edital do referido pregão, disponibilizado no site [www.tre-rr.jus.br](http://www.tre-rr.jus.br).

ALEX CAON FIN

Diretor Geral

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, com fundamento no Decreto 7.892/2013, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 43/2019, referente ao Pregão Eletrônico nº 25/2019, Procedimento Administrativo SEI nº 0002793-90.2018.6.23.8000, assinada em 18.11.2019, com vigência de 1(um) ano a contar da assinatura, para eventual contratação de empresa para fornecimento de lente e flash externo para câmera fotográfica Nikon. O valor da Ata ficou definido em R\$ 1.625,00 (um mil, seiscentos e vinte cinco reais), cujo objeto foi adjudicado ao fornecedor R P RAMOS, CNPJ nº 28.908.306/0001-60, conforme a seguir: Item 2 - Lente tipo objetiva para a câmera Nikon modelo D7100, NIKON, 1 unid., Valor unit. R\$ 1.625,00.

Assinam: pelo TRE/RR, ALEX CAON FIN, Diretor-Geral, e pela Beneficiária, RAILSON PIRES RAMOS. A especificação completa do objeto encontra-se no Edital do referido pregão, disponibilizado no site [www.tre-rr.jus.br](http://www.tre-rr.jus.br).

ALEX CAON FIN

Diretor Geral

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, com fundamento no Decreto 7.892/2013, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 44/2019, referente ao Pregão Eletrônico nº 25/2019, Procedimento Administrativo SEI nº 0002793-90.2018.6.23.8000, assinada em 18.11.2019, com vigência de 1(um) ano a contar da assinatura, para eventual contratação de empresa para fornecimento de lente e flash externo para câmera fotográfica Nikon. O valor da Ata ficou definido em R\$ 1.625,00 (um mil, seiscentos e vinte cinco reais), cujo objeto foi adjudicado ao fornecedor R P RAMOS, CNPJ nº 28.908.306/0001-60, conforme a seguir: Item 2 - Lente tipo objetiva para a câmera Nikon modelo D7100, NIKON, 1 unid., Valor unit. R\$ 1.625,00.

Assinam: pelo TRE/RR, ALEX CAON FIN, Diretor-Geral, e pela Beneficiária, RAILSON PIRES RAMOS. A especificação completa do objeto encontra-se no Edital do referido pregão, disponibilizado no site [www.tre-rr.jus.br](http://www.tre-rr.jus.br).

ALEX CAON FIN

Diretor Geral

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, com fundamento no Decreto 7.892/2013, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 45/2019, referente ao Pregão Eletrônico nº 25/2019, Procedimento Administrativo SEI nº 0002793-90.2018.6.23.8000, assinada em 18.11.2019, com vigência de 1(um) ano a contar da assinatura, para eventual contratação de empresa para fornecimento de lente e flash externo para câmera fotográfica Nikon. O valor da Ata ficou definido em R\$ 1.625,00 (um mil, seiscentos e vinte cinco reais), cujo objeto foi adjudicado ao fornecedor R P RAMOS, CNPJ nº 28.908.306/0001-60, conforme a seguir: Item 2 - Lente tipo objetiva para a câmera Nikon modelo D7100, NIKON, 1 unid., Valor unit. R\$ 1.625,00.

Assinam: pelo TRE/RR, ALEX CAON FIN, Diretor-Geral, e pela Beneficiária, RAILSON PIRES RAMOS. A especificação completa do objeto encontra-se no Edital do referido pregão, disponibilizado no site [www.tre-rr.jus.br](http://www.tre-rr.jus.br).

ALEX CAON FIN

Diretor Geral

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, com fundamento no Decreto 7.892/2013, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 46/2019, referente ao Pregão Eletrônico nº 25/2019, Procedimento Administrativo SEI nº 0002793-90.2018.6.23.8000, assinada em 18.11.2019, com vigência de 1(um) ano a contar da assinatura, para eventual contratação de empresa para fornecimento de lente e flash externo para câmera fotográfica Nikon. O valor da Ata ficou definido em R\$ 1.625,00 (um mil, seiscentos e vinte cinco reais), cujo objeto foi adjudicado ao fornecedor R P RAMOS, CNPJ nº 28.908.306/0001-60, conforme a seguir: Item 2 - Lente tipo objetiva para a câmera Nikon modelo D7100, NIKON, 1 unid., Valor unit. R\$ 1.625,00.

Assinam: pelo TRE/RR, ALEX CAON FIN, Diretor-Geral, e pela Beneficiária, RAILSON PIRES RAMOS. A especificação completa do objeto encontra-se no Edital do referido pregão, disponibilizado no site [www.tre-rr.jus.br](http://www.tre-rr.jus.br).